

ÍNDIOS

## Uma busca pelo reconhecimento

No próximo dia 15, um abaixo-assinado será entregue em audiência pública na Assembléia Legislativa

Itaércio Porpino

Distante 12 Km da zona urbana de João Câmara, fica uma pequena comunidade indígena. Com sua população de 2 mil habitantes, não é a única do RN, mas a maior. Estando na Associação, é fácil chegar lá. Basta perguntar onde é a comunidade do Amarelão, ou então do Mendonça. Melhor não perguntar sobre os índios, pois dificilmente algum morador esteja sabendo informar sequer da existência deles.

Isso porque as famílias do Amarelão, assim como as de outros agrupamentos indígenas do RN, não conservaram um só traço cultural de seus antepassados. São famílias rurais pobres como outras

qualquer do Estado, excluídas de políticas públicas e com o agravante de não mais possuírem terras. A falta de memória histórica é tamanha que muitos não se auto-identificam como índios, contribuindo ainda mais para a ideia do total desaparecimento dos indígenas norte-riograndenses.

Entretanto, uma minoria consciente de suas origens, aliada a pesquisadores e professores ligados ao Departamento de Antropologia da UERN vêm, há pelo menos cinco anos, tentando mudar isso. Alguns avanços têm sido conseguidos: no próximo dia 15, em Audiência Pública na Assembléia Legislativa, representantes dos Ieterários do Catu (Canguaretama, Mendonça do Amarelão (João Câmara) e Caboclos do Riacho (Assu), entregarão um abaixo-assinado às autoridades, solicitando o reconhecimento enquanto comunidades indígenas.

Além do respeito, os grupos buscam a inclusão social. Se for feita uma pesquisa para levantar informações sobre saúde, educação, rendimento, domicílios e trabalho de crianças e adolescentes, vai se chegar a dados alarmantes. Para se ter uma ideia do alto índice de analfabetismo nas comunidades, a maioria dos jovens com mais de 20 anos não sabe ler nem escrever.

Coordenado pelo deputado estadual Fernando Mincio (PT) e organizado pelo Grupo Português de Estudos da Questão Indígena do RN, a iniciativa é mais um passo para dar visibilidade aos povos índios que

vivem no Estado. "A história já está mudando. Quem estava invisível, se tornou um assunto pontual, passou a ser visto com mais atenção e respeito. Esse evento é um ponto de partida para o reconhecimento público", diz a professora de Antropologia Cultural, Jussara Galvão, que desde 2001 faz pesquisas etnográficas junto à comunidade do Amarelão.

Jussara Galvão entende que ainda há muitas questões obscuras por se tratar a trajetória dos indígenas portugueses. Para ela, a historiografia tradicional não acompanhou a realidade e por isso considera as comunidades indígenas existentes, desde a guerra dos índios, também conhecida como guerra dos Cabanos ocorrida no século XVIII, até os dias atuais, foram considerados dizima-

dos. Jussara e outros estudiosos não aceitam isso.

Embora apenas uma parte dos moradores do Amarelão se reconheçam como índios, todos no Amarelão se dizem Mendonça, mesmo sem ter o sobrenome. A unidade é grande e eles estão sempre ligados à terra, ao local onde nasceram. Os Mendonça estão ali há pelo menos dois séculos.

De acordo com números do IBGE, em 1991 havia 196 pessoas que se identificavam como indígenas no Rio Grande do Norte, já em 2000, afirmaram ter essa descendência 598 portugueses. No mesmo período, o número de indígenas no país cresceu de 294.135 para 701.462, ou seja, 138% em nove anos. "Esse aparente crescimento es-

tá ligado ao processo de conscientização. Na verdade, acho que não houve aumento no número de indígenas. Diminuiu o medo, diante do preconceito, de se admitir isso", diz Jussara Galvão.

Na comunidade dos Ieterários do Catu, em Canguaretama, são, segundo a pesquisadora, 800 pessoas. As famílias vivem com muita dificuldade pelo fato de terem perdido suas terras. Elas convivem ainda com a poluição. Sobrevivem basicamente da cultura de subsistência.

Caboclos do Riacho, em Assu, é a menor comunidade, com 180 pessoas. As famílias não possuem terras, por isso trabalham em propriedades de outros, em sistema de "meia". Não há escola nem posto de saúde no povoado.

### Polêmica sobre a existência de índios no RN

► Embora pesquisadores e professores ligados à Antropologia defendam a ideia da existência de populações de índios no RN, a informação predominante, com base na História, é a de que não existe no Estado comunidade que se auto-identifique indígena.

É o que diz a professora Fátima Lopes, do Departamento de História da UERN, cujos teses de mestrado e doutorado enfocam o processo de implantação das Missões Jesuítas e das Vilas Coloniais

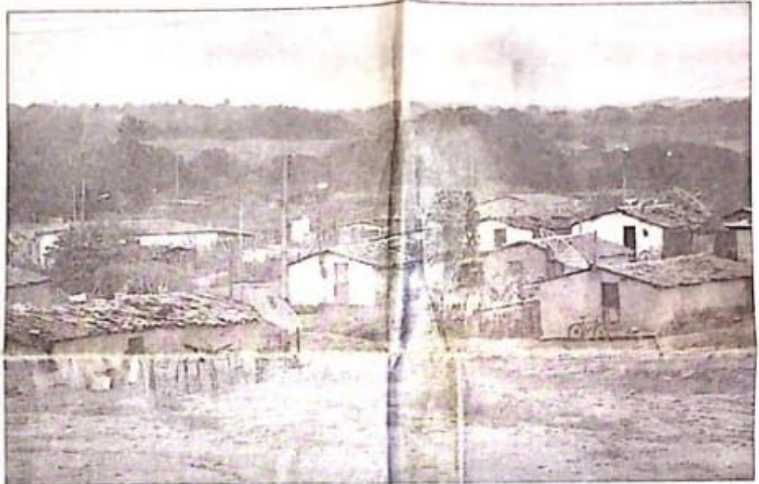
"A professora fala que o último remanescente do povo potiguar localiza-se na divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba, na cidade de Bala da Traição. Entretanto, os dados que dão conta do destino dos primeiros donos das terras do Rio Grande do Norte e de seu desaparecimento não são muito precisos, segundo Fátima Lopes.

"De acordo com informações de Jesuítas, datadas do início da colonização século 18, havia uma grande quantidade de índios na região litorânea de nosso Estado. Só nas imediações de Natal, eram cerca de 6 mil nativos em aproximadamente cem aldeias", diz Fátima.

A professora conta que no início da colonização os Jesuítas adentraram pelo litoral e depois no interior acompanhados de grande poder militar, combatendo os temidos guerreiros potiguares com ordens expensas para apoiar toda e qualquer resistência.

"De acordo com anotações dos jesuítas, em 1600 havia 64 aldeias potiguares na mesma região — 26 aldeias a menos. Em 1613, dez anos depois, os índios estavam restritos a apenas oito aldeias que, segundo afirma Pero de Castilho, não passavam de aldeotas. Em 1920, Domingos da Veiga, um comerciante da região, relata a existência de apenas quatro aldeias potiguares e, por fim, Câmara Cascudo afirma que já no século 19 não havia mais comunidades indígenas no Estado do Rio Grande do Norte".

De acordo com a professora, os motivos para o desaparecimento dos índios no RN foram as guerras. Os índios da etnia potiguar eram valentes guerreiros e de forte poder de resistência, o que dificultava a colonização portuguesa. Nas muitas incursões dos Jesuítas e de companhias militares pelas aldeias, todos os guerreiros eram mortos. "Quando os portugueses finalmente conquistam a Capitania do Rio Grande, Mascarenhas Honore e Feliciano Coelho fazem 1500 prisioneiros, a maioria mulheres e crianças. As mulheres eram preservadas porque cuidavam das plantações", diz Fátima Lopes.



JOÃO CÂMARA A comunidade Amarelão, com aproximadamente 2 mil habitantes, é a maior do RN e enfrenta muitos problemas



POBREZA Manuel Barbosa tem sete filhos para alimentar



SUSTENTO Francisco do Nascimento ajuda a assar e costanhar

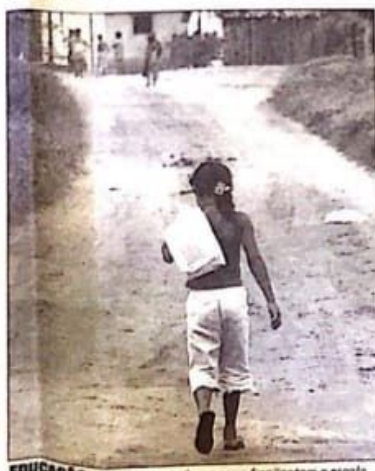
### Como está o universo dos índios no país

► Em 1500, quando os portugueses desembarcaram nestas terras, aqui viviam 6 milhões de pessoas, de mais de 900 povos com culturas e maneiras de viver diferentes. Atualmente, sabe-se da existência de povos indígenas com suas respectivas terras tradicionais, demarcadas ou não, vivendo em 24 unidades da Federação. Estima-se que a população indígena total seja de 350.438 pessoas, pertencentes a 225 povos, falando cerca de 180 línguas diferentes.

Dessa população cerca de 358.310 vivem em seus territórios, outros 191.228 migraram para centros urbanos e há uma estimativa de 9000 índios que são pertencentes a povos não contatados. No final dos anos 60, a situação dos povos indígenas era dramática, apontando para o completo desaparecimento. Relatórios oficiais previam que até o final do ano 2000 não existiriam mais comunidades indígenas. Surgiram, nesse ano, diversas entidades e organizações civis de apoio aos povos indígenas. Era o começo de um processo de luta que culminou nas importantes mudanças na Constituição Federal de 1988.

Entre 1995-1998, foram assassinados 46 índios. Também houve um aumento das violências cometidas pelo Poder Público. Em 1996 houve um aumento de cerca de 92% em relação a 1995. O levantamento registrou 138.722 ocorrências, com um total de 10.185 vítimas. O mais grave é que entre os praticantes de delitos há até funcionários da FUNAI.

Entre 1995-1998, foram assassinados 46 índios. Também houve um aumento das violências cometidas pelo Poder Público. Em 1996 houve um aumento de cerca de 92% em relação a 1995. O levantamento registrou 138.722 ocorrências, com um total de 10.185 vítimas. O mais grave é que entre os praticantes de delitos há até funcionários da FUNAI.



EDUCAÇÃO Alguns são as crianças que frequentam a escola

### Rotina pesada envolve adulto e crianças

► Nem é preciso chegar ao Amarelão para identificar um sinal marcante da comunidade. De longe mesmo dá para avistar a fumaça que sobe, lá do onde a castanha está sendo assada. O cheiro forte também logo invade a ruína.

O processo de assar e o beneficiamento artesanal do produto envolvem crianças e adultos do lugar em uma maratona pesada, que começa de madrugada e só termina no início da tarde. O meio de sobrevivência da maioria das famílias, no entanto, pressiona pela falta de local e condições adequadas. Também acontece de muitas crianças faltarem à aula por motivo da atividade.

Com 12 anos, o pequeno Francisco Barbosa do Nascimento tem a estrutura de um garoto de 9 anos ou menos. Desde os 8 ele ajuda o pai assando castanha. A rotina é pesada embora ele diga que não se sente cansado nem incomodado com a fumaça que vai direto em seu rosto. "Começo de meia-noite e só para às 10 da manhã", conta Francisco, que ainda ajuda a quebrar a casca da castanha. Ele revela, no entanto, que se pudesse preferia estar na rua brincando.

A pobreza e a falta de qualquer tipo de orientação ou serviço básico são flagrantíssimos. Manuel Barbosa do Nascimento, 41 anos, tem mais sete filhos além de Francisco. Com exceção de uma menina de 16 e um rapaz de 18, todos os outros são pequenos. Em sua casa — construída em barro e com piso de chão batido — moram dez pessoas. "Em uma cama só dormem cinco crianças", conta. O dinheiro da castanha, que ele vende diariamente em Natal, é o que mantém a família. "A média do apurado é R\$ 40 por semana, mas às vezes não faço nem isso", diz Manuel.

Só há dois anos a comunidade ganhou um posto de saúde. Antes, Manuel Barbosa do Nascimento perdeu as contas de quantas vezes teve que levar de bicicleta o filho Leandro, hoje com 4 anos, até João Câmara para medicá-lo. Ele continua indo à cidade quase diariamente, mas por outros motivos. "Se quiser qualquer coisa tem que sair da comunidade", diz Manuel.

Na maior parte das vezes, os moradores são obrigados a comprar água. Quando chove, eles aparam água da bica e usam para todos os fins. O analfabetismo atinge a maioria da população, sobretudo os mais antigos. Francisco Inácio do Nascimento, 48, não sabe ler nem escrever.

A situação já foi pior. Melhorou graças ao trabalho da gaúcha Terezinha Gales, 65, missionária da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que chegou no lugar em 1990.